



1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA PROVISÓRIA DO COMITÊ DAS**
2 **BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS AFLUENTES GOIANOS DO RIO ARAGUAIA - CBH**
3 **AGORA**

4
5 Às quatorze horas do dia dezenove de janeiro do ano de dois mil e vinte dois, por meio
6 de videoconferência, na plataforma Zoom, teve início a Primeira Reunião Ordinária do
7 Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Goianos do Rio Araguaia, com a
8 participação dos seguintes membros: Marco José Melo Neves - SEMAD, Germano
9 Augusto Oliveira - AGM , João Ricardo Raiser - SEMAD, Thiago Castro de Oliveira -
10 FAEG, Bento Godoy Neto - APROVA, Elaine Farinelle - FIEG, Mário Cesar Guerino -
11 Saneago, Sevan Naves – APCH; Convidado: Marcos Aurélio Gomes Antunes - SEMAD,
12 Maria Aparecida de Souza Araújo - SEMAD, Fabricio Aires - SEMAD, Albano Araújo –
13 SEMAD e o Professor Paulo Salles. **Item I - Abertura da 1ª Reunião Ordinária da**
14 **Diretoria Provisória do CBH AGORA.** Presidente da Diretoria provisória Senhor Marco
15 Neves - SEMAD/GO fez abertura da reunião cumprimentando e agradecendo a
16 participação de todos, em especial o convidado Professor Paulo Salles. Apresentou a
17 agenda; **1.** Proposta de Regimento Interno; **2.** Definição de estratégia para o processo
18 eleitoral, regras de mobilização e divulgação do processo eleitoral; **3.** Apresentação de
19 Simulação Preliminar de Arrecadação com a Cobrança Pelo Uso da Água na Região; **4.**
20 Tribuna Aberta. Perguntou se alguém gostaria de manifestar sobre os assuntos que
21 seriam tratados na agenda, não houve manifestação. Comentou que, de acordo com o
22 Decreto de dois mil e vinte, a Diretoria provisória terá até o dia quatorze de julho de dois
23 mil e vinte dois para implementar e coordenar a instalação do CBH AGORA, elaborar e
24 aprovar o regimento interno, formular e aprovar regras para processo eleitoral, realizar
25 a mobilização e divulgação do processo eleitoral, promover a eleição dos membros do
26 plenário e do comitê, instituir o CBH AGORA, empossar seus membros e eleger a
27 diretoria definitiva do comitê, e acrescentou que os membros que serão eleitos, definirão
28 a diretoria, como ocorreu nos quatro comitês e no Paranaíba. **Item 1. Proposta de**
29 **Regimento Interno.** O Sr. Marco Neves - SEMAD falou que a proposta de regimento
30 interno foi encaminhada a todos e que o modelo proposto conta com a contribuição de
31 estudos da SEMAD e da Agência Nacional de Águas e Saneamento, tendo se baseado
32 no Regimento do CBH Parapanema, no Regimento do CBH Paranaíba, recentemente
33 revisado, e no Regimento do Comitê Estadual do Rio das Velhas, tendo sido essas as
34 três bases de proposição, mas, além disso, as especificidades foram adaptadas ao texto
35 por questões territoriais. Anunciou que, ao final da reunião, tratará do prazo para as



36 contribuições e para a conclusão do Regimento Interno, e convidou o Sr. João Ricardo
37 Raiser - SEMAD para proferir a sua apresentação. Em “modo apresentação” falou que
38 a definição do regimento interno impacta em todas as outras atribuições para a
39 implementação do CBH Agora. Explicou que o regimento é um conjunto de normas
40 estabelecidas para regulamentar a organização e o funcionamento da entidade, tem os
41 níveis hierárquicos, as competências de cada unidade existentes. Disse que no caso dos
42 Comitês, ele trata também da composição do Comitê e da distribuição de vagas entre
43 os seus membros, trabalho baseado na Lei Federal 9.433/97 da Política Nacional dos
44 Recursos Hídricos, na Lei Estadual 13.123/1997 da Política Estadual dos Recursos
45 Hídricos, e no Decreto 9.972/2001, que institui CBH Agora. Disse que a resolução
46 número 05/2000 do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos e a Resolução 03/2001
47 tratam das diretrizes para o funcionamento dos comitês, inclusive no Estado de Goiás.
48 Informou que a legislação dos recursos hídricos tem a competência de legislar sobre a
49 água, e só a UNIÃO pode gerar direito para tratar das questões hídricas, que cabe às
50 Unidades da Federação elaborar normas complementares que se adequam às diretrizes
51 Nacionais. Apresentou as bases utilizadas para desenvolver o regimento interno,
52 como: CBH Paranapanema, revisado em dezembro de 2020; CBH Paranaíba, revisado
53 em maio de 2021, a maioria dos processos das revisões no Paranaíba são provenientes
54 do CBH Paranapanema, que também foram feitos “benchmarking” com outros comitês,
55 como por exemplo os comitês do Rio das Velhas e do Rio São Francisco. Informou que
56 foi elaborada uma minuta e que foram realizadas discussões e aprimoramentos técnicos
57 com a experiência dos servidores da Semad e da Diretoria provisória do CBH AGORA.
58 Informou que a estrutura do regimento é composta por 12 capítulos, **Capítulo I -**
59 **definições CBH AGORA - Art.1 a 3**, destaques: Definição do CBH e área de atuação.
60 Definição da sede. Definição de termos usados. Principais destaques e suas áreas de
61 atuação: Definição do que é comitê, área de atuação e suas atribuições. Definição das
62 3 UPGRHs que fazem parte do CBH AGORA: Afluentes Goianos do Alto Araguaia,
63 Vermelho, Afluentes Goianos do Médio Araguaia. **Capítulo II - Finalidade- destaque:**
64 objetivos do comitê e a que ele se destina. **Capítulo III - Competências - destaque:** são
65 definidas nas legislações (Lei Federal, Lei Estadual, Decreto e Resoluções). **Capítulo IV**
66 **- Composição - destaques:** Características dos setores e distribuição das vagas entre
67 os segmentos e as categorias. Substituições de membros (cadastro de reserva).
68 Mandato de 4 anos. **Capítulo V - Estrutura Organizacional - destaques:** Plenário.
69 Diretoria Colegiada. Câmaras Consultivas Regionais. Câmaras Técnicas e grupos de



70 trabalho. **Capítulo VI - Diretoria Colegiada- destaques:** Atribuições da Diretoria e de
71 seus cargos. Vacância ou impedimentos. Regras para substituição e *Ad Referendum*.
72 **Capítulo VII - Atribuições dos membros - destaques:** Direitos e deveres dos
73 membros, titulares e suplentes. **Capítulo VIII - Processo eleitoral - destaques:** Regras
74 gerais do processo eleitoral, Comissão eleitoral, definição dos segmentos e categorias,
75 regras para o Edital de convocação e realização das Plenárias Eleitorais e Setoriais,
76 Normas, procedimentos e critérios do processo eleitoral e Eleição da Diretoria. **Capítulo**
77 **IX - Funcionamento do Plenário - destaques:** Regras de funcionamento do Plenário.
78 Procedimentos Gerais para a realização das reuniões e atividades; reuniões ordinárias
79 e extraordinárias, e a periodicidade, convocações, prazos e pautas, quórum, solicitações
80 de inclusão, exclusão e retirada de pauta, condução das reuniões, votação, pedidos de
81 vista. Regras específicas para reuniões virtuais. **Capítulo X - Câmaras Técnicas,**
82 **Grupos de trabalho e Câmaras Consultivas; destaque:** Definições de CT, GT e CCR.
83 Plenário delibera sobre a criação do CT e GT. Diretrizes para as CT e GT sobre:
84 competências a serem atribuídas a CT (permanente) e GT (temporários), Coordenação
85 e relatoria, composição e participação. Deliberação específica para regulamentar
86 funcionamento. Câmaras Consultivas Regionais - CCR destaque por UPGRH que
87 compõem o CBH AGORA; Afluentes Goianos do Alto Araguaia; Rio Vermelho; Afluentes
88 Goianos do Médio Araguaia. Composição - 10 membros. Coordenação e Relatoria e
89 Atribuições e Competências. **Capítulo XI - Processo de Exclusão e Desligamento -**
90 **destaques:** Razões e formas de desligamento dos membros; não cumprimento do
91 regimento e faltas e ausências. Solicitação. Substituição do membro. **Capítulo XII -**
92 **Disposições Finais, destaques:** Será apoiado por órgãos e outras entidades. Informou
93 que a proposta estava bastante avançada e requer algumas decisões da diretoria, mas
94 o que teria maior desgaste seria a composição do comitê, que segue algumas regras
95 para distribuição de vagas entre os segmentos e categorias, de acordo com a Lei Federal
96 9.433/9, Lei Estadual 13.123/1997, Decreto Estadual 9.972/2001 e as Resoluções
97 CNRH 05 e 03, e diretrizes para equilíbrio de representações entre as UPGRHs.
98 Apresentou a distribuição das vagas do Comitê, *os segmentos e as categorias que*
99 *teriam direito às vagas, destaque: Poder Público; Estadual e Municipal. Usuários;*
100 *abastecimento humano (captação/lançamento), irrigação e uso agropecuário*
101 *(captação/lançamento), Indústria e Mineração (captação/lançamento), geração*
102 *hidrelétrica, transporte hidroviário, pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos.*
103 **Sociedade Civil;** Org. técnicas e de Ensino e pesquisa - interessados na área de



104 recursos hídricos e ONG - defendendo os interesses descentralizados e coletivos da
105 sociedade ou representantes do setor. Enfatizou que o poder público é responsável pela
106 gestão da água, os usuários têm interesse em utilizar esses recursos para suas
107 atividades e as organizações da sociedade civil buscam defender os interesses coletivos
108 e da sociedade como um todo. Disse que as regras para composição do comitê em
109 Goiás seguem a Lei 13.123/1997 e a Resolução 03/2001, além das atribuições e
110 competências, mantendo o equilíbrio entre representatividade. Informou que na
111 legislação nacional há uma possível articulação entre poder público e sociedade civil, no
112 caso do Estado de Goiás, o conselho é bastante incisivo em relação ao percentual das
113 vagas e nas subdivisões desses segmentos, pois define igualdade para o poder público
114 entre a representações do Estado e dos Municípios, de modo que 50% das vagas do
115 poder público sejam representantes de entidades estaduais ou governamentais, e por
116 usuário define um máximo de 20% e mínimo 4% vagas para cada categoria. Sugeriu que
117 é preciso organizar as distribuições das vagas do setor do usuário, para garantir
118 representantes dos diversos setores da bacia. Falou que o Decreto Estadual nº 9.972/21
119 estipula que o comitê terá 45 membros, como os demais comitês. Explicou como seria
120 a distribuição das vagas do *comitê AGORA*, destaque: Poder Público Estadual - 9 vagas,
121 Municipal - 9 vagas. *Usuários - 18 vagas* sendo que abastecimento - 4 vagas, indústria
122 e mineração - 4 vagas, irrigação e uso agropecuário - 4 vagas, hidroeletricidade - 2
123 vagas, transporte hidroviário -1 vaga, pesca, turismo, lazer e outros usos não
124 consuntivos - 3 vagas. *Entidades Cívicas de Recursos Hídricos - 9 vagas* sendo que
125 organizações técnicas e de ensino e pesquisa - 5 vagas e organizações não
126 governamentais - 4 vagas. Informou que a equipe que trabalhou na proposta de
127 Regimento buscou inovar incluindo novas regras, para encontrar um equilíbrio entre as
128 unidades de planejamento de gestão, tomando como exemplo os CBHs em rios federais:
129 Paranaíba e Paranapanema. No caso do CBH Paranapanema se dividem entre as
130 representações do Estado do Paraná e São Paulo, e no caso do CBH Paranaíba, os 45
131 membros foram divididos entre os representantes de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso
132 do Sul e Distrito Federal, e, portanto, o poder público estadual não precisa desta
133 representação, pois abrange três unidades de planejamento de gestão. No caso dos
134 *Municípios* a sugestão dentro de suas 9 vagas, seria que no máximo 5 titulares da
135 mesma unidade de planejamento de gestão tivesse assento, sendo que a referência é
136 sempre a localização da sede do município. Por exemplo, o Município de Goiás está
137 localizado na bacia do Rio Vermelho e o Município de Jussara está localizado nas bacias



138 do Rio Vermelho e do Alto Araguaia, portanto ambos estão nas mesmas UPGRHs. No
139 caso de vagas para os usuários (18 vagas) ficariam 4 delas para abastecimento público
140 (2 titulares da mesma UPGRHs), 4 vagas para indústria e mineração (2 titulares da
141 mesma UPGRHs), 4 vagas para irrigação e uso agropecuário (2 titulares da mesma
142 UPGRHs), 3 vagas para pesca, turismo, lazer e outros usos (2 titulares da mesma
143 UPGRHs), 1 vaga para transporte hidroviário, 2 vagas para geração de energia. Para
144 *Entidades Cíveis de Recursos Hídricos*, no caso 9 vagas, seriam 5 vagas para
145 organizações técnicas e de ensino e pesquisa (2 titulares da mesma UPGRHs) e 4 vagas
146 para ONGs (2 titulares da mesma UPGRHs). Encerrou a sua apresentação e ficou a
147 disposição para as dúvidas. O Sr. Marco Neves - Presidente agradeceu a apresentação
148 do Sr. João Ricardo Raiser – SEMAD. Abriu a matéria para que os membros da diretoria
149 provisória se manifestassem. O Sr. Sevan Naves - APCH falou que o trabalho parece ter
150 sido exaustivo, que o comitê AGORA tem oportunidade de ser o melhor pelas
151 características da região, mencionando que possui uma área plana e uma área
152 acidentada, que favorece as hidrelétricas, no Alto Araguaia, e que, por exemplo, o Rio
153 Caiapó possui 5 PCHs concentradas em seus 20km. Perguntou se os municípios de
154 Mara Rosa e Porangatu pertencem à bacia, uma vez que no mapa apresentado há
155 diferença em relação ao que ele possui. O Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD respondeu
156 que a base apresentada foi aprovada pelo Conselho Estadual de Recurso Hídricos como
157 unidade de planejamento e gestão e que a gerência está estudando a revisão e fazendo
158 algumas correções, conforme o Sr. Sevan Naves - APCH dispôs. O Sr. Sevan Naves -
159 APCH perguntou se o abastecimento público faz referência a entidade pública, assim
160 tiraria a representação do setor usuário. O Sr. Marco Neves - Presidente respondeu que
161 o abastecimento público além de ter dominialidade municipal, pode dar concessão do
162 abastecimento para uma entidade privada e, complementando, o Sr. João Raiser -
163 SEMAD explicou que para a gestão do comitê de bacias não interessa quem irá realizar
164 o abastecimento público, a companhia de abastecimento é um usuário, portanto
165 concorre a vaga dos usuários. O Sr. Marco Neves - Presidente perguntou se os membros
166 teriam outras contribuições. O Sr. Thiago Castro - FAEG parabenizou o Sr. João Raiser
167 - SEMAD pela apresentação e questionou sobre realocação de vaga do setor hidroviário,
168 sugeriu que a diretoria provisória deveria analisar as vagas dos setores de turismo e
169 pesca para que não fujam da representatividade, ou seja, realocar as vagas. Foi
170 solicitado que os membros façam suas contribuições e o que for destacado votaria na
171 próxima reunião. O Sr. João Raiser - SEMAD destacou que a proposta foi baseada em



172 uma avaliação do desenvolvimento das condições dos usos das três UPGRHs, não
173 sendo possível criar uma nova categoria no setor dos usuários, como da bacia do Rio
174 Meia Ponte, onde não havia espaço para o transporte hidroviário, por isso foi transferida
175 para outro setor e outros exemplos foram citados. Mencionou que a Diretoria Provisória
176 deveria buscar garantir a melhor distribuição dos usos em toda a bacia hidrográfica.
177 Comunicou que na bacia do Rio Araguaia estão presentes todos os usos, por
178 exemplo, Associação dos Barqueiros de Aruanã, que transporta pessoas pela água, da
179 mesma forma, o turismo pesqueiro e lazer é um setor que tem impacto na bacia, tudo é
180 feito de acordo com os parâmetros definidos na Resolução 03. O Sr. Marco Neves -
181 Presidente informou que pela legislação federal, os indígenas têm direito a uma vaga
182 prevista no art.39, § 3º da Lei 9.433/1997, e que na legislação estadual não prevê e que,
183 caso se opte por incluí-los, recomenda-se que uma das nove vagas seja retirada do
184 poder público estadual. O Sr. Bento Godoy Neto - APROVA falou que na Resolução
185 03/2001 estabeleceu o teto, que a cidade de Cristalina é a maior área de irrigação do
186 Estado, nos quais foram destinadas 4 vagas, e pediu para que se reavaliassem as vagas
187 dos setores hidroviário, pesca, turismo, lazer e das hidrelétricas, para que se tenha um
188 equilíbrio dos setores. Enfatizou que não via necessidade de uma câmara técnica
189 regional, e que o comitê criaria mais para frente, se necessário. Falou da necessidade
190 de se buscar representantes qualificados para os setores. O Presidente destacou dois
191 pontos que foram abordados nas discussões: a questão da distribuição intersetorial e as
192 câmaras consultivas regionais. Nesse sentido pediu que a diretoria se manifestasse. O
193 Sr. João Raiser - SEMAD explicou que quando houve a fusão das três UPGRHs, os
194 membros do Conselho Estadual propuseram a criação das câmaras consultivas
195 regionais, e disse discordar do posicionamento do Sr. Bento Godoy Neto - APROVA,
196 que a posição técnica analisou cada setor e vagas atribuídas, todos de extrema
197 importância para toda a bacia. A Sra. Elaine Farinelli - FIEG discordou da recomendação
198 de implementação de câmaras consultivas regionais (CCRs) e aconselhou aguardar
199 para conhecer as necessidades no decorrer das discussões. Acrescentou, também, que
200 nem todos os setores possuem representantes interessados em cada UPGRH. O Sr.
201 Marco Neves - Presidente informou sobre a data final para as contribuições e que devem
202 ser enviadas por e-mail. Ressaltou que a definição da sede do comitê, que está no art.1º,
203 parágrafo único, será determinada pela plenária, ou pela comissão da diretoria provisória
204 e que existem duas possibilidades: da sede ser permanente ou rotativa, e pediu que os
205 membros se manifestassem. O Prof. Paulo Salles destacou a dificuldade de tomar certas



206 decisões porque acredita-se que alguns setores estão preocupados em fortalecer seus
207 alicerces, mas essa experiência faz parte da convivência e aprendizado sobre as
208 necessidades de outros setores e todos deveriam pensar que a água deve estar
209 disponível na quantidade e qualidade necessária para todos. Disse que a distribuição
210 territorial das vagas faz sentido. Outro ponto que mencionou é a criação das câmaras
211 consultivas regionais, que podem ser uma oportunidade de obter mais pessoas na
212 gestão do comitê. O Presidente destacou os principais pontos levantados do regimento:
213 *art.1 parágrafo único, art. 38 “pedido de vista”, solicitado pelo Sr. Paulo Sales e a Sra.*
214 *Elaine Farinelli, “vaga para os indígenas, redistribuição e realocação das vagas”, art.7 §*
215 *2, artigo 10 § 2, artigo 31 § 10, art.34, art.35, art. 36, art. 37 § 3, art. 39, art. 68. A Sra.*
216 *Elaine Farinelli perguntou em relação ao capítulo 11, se a entidade perderia a vaga ou o*
217 *membro. O Sr. João Raiser - SEMAD respondeu na definição do comitê que é a entidade*
218 *que foi eleita. Não houve mais manifestações sobre o regimento interno, e o prazo para*
219 *contribuições foi estabelecido até o dia 28/01/2022 por e-mail. **Item II - Definição de***
220 **estratégia para o processo eleitoral, regras de mobilização e divulgação.** O Sr.
221 *Marco Neves - Presidente abriu a matéria, propondo um diálogo bilateral com as*
222 *entidades e que na próxima reunião apresentaria uma proposta. Após discussão pediu*
223 *ao Sr. João Raiser - SEMAD que encaminhasse uma minuta inicial para os membros da*
224 *diretoria provisória, com edital de convocação e que as etapas do processo das*
225 *discussões ocorrerão na próxima reunião. **Item III - Apresentação de Simulação***
226 **Preliminar de Arrecadação com a Cobrança Pelo Uso da Água na Região** O Sr.
227 *Marco Neves - Presidente convidou o Sr. Albano Araújo - SEMAD para proferir a sua*
228 *apresentação. O Sr. Albano Araújo - SEMAD fez algumas colocações dos temas que*
229 *foram abordados anteriormente. Exibiu a simulação de cobrança para CHB AGORA,*
230 *disse que o sistema baseado no modelo Paranaíba, os valores, raciocínio hipotético,*
231 *gráficos, tabelas e planilhas foram usadas nesse mecanismo, apresentou informações*
232 *com visão detalhada para cada cenário, mostrou como serão os procedimentos e*
233 *cálculos. Explicou as características das outorgas por finalidade, simulou o valor que*
234 *seria cobrado por usuários da indústria, abastecimento público, irrigação, consumo*
235 *humanos e outras. Apresentou dados apurados e demonstrou como foi calculado o valor*
236 *da cobrança, os valores a serem obtidos em cada setor, levando em conta a presença e*
237 *ausência de isenção. Apresentou em tabela a simulação, em porcentagem, do valor de*
238 *isenção, por finalidade, baseando-se nas outorgas vigentes nas UPGRHs do*
239 *AGORA. Destacou que, mesmo que os valores arrecadados diminuam, dificilmente*



240 haverá frustração quanto à meta a ser arrecadada. Pontuou tudo que já foi feito até a
241 atualidade no processo de implementação, ou seja, um breve histórico: abordou a base
242 jurídica e institucional do Estado, falou da ação do Ministério Público impondo a
243 cobrança. Deixou disponível no “chat” o link da apresentação. O Sr. Marco Neves -
244 Presidente agradeceu ao Sr. Albano Araújo pela apresentação. A Sra. Elaine Farinelli
245 fez as suas considerações e perguntou como seria a regularização dos irrigantes no
246 Araguaia. O Sr. Albano Araújo - SEMAD afirmou que os dados fornecidos são do banco
247 de dados dos outorgados, com algumas correções de finalidade x volume, e o cenário
248 Paranaíba foi padronizado. Informou, finalmente, que esse tema será objeto de
249 discussão pelo comitê. O Sr. João Raiser - SEMAD respondeu ao Sr. Sevan Naves -
250 APCH que os valores simulados para o AGORA foram discutidos e aprovados na
251 plenária do Comitê Paranaíba, com a participação dos usuários, da sociedade e do poder
252 público, e que nada é arbitrário na gestão da água, tudo é decidido em conjunto. Foram
253 realizadas diversas considerações, levando em conta a opinião dos membros sobre a
254 complexidade nas diversas formas de cobrança e os fatores como um todo. O Sr. Marco
255 Neves - Presidente da Diretoria Provisória expôs os objetivos da cobrança, como
256 incentivar o uso racional da água e sua conservação, obter recursos para financiamento,
257 proteção e conservação das bacias, e lembrou que a cobrança ainda não foi
258 implementada no Estado de Goiás. A Sra. Elaine Farinelli - Fieg pediu à SEMAD a lista
259 das indústrias de alto gasto de água a fim de iniciar um diálogo e entender como funciona
260 o sistema de uso da água naquelas indústrias. O Sr. Albano Araújo - SEMAD respondeu
261 que os dados eram públicos e apresentou o “dashboard” com os dados das indústrias.
262 O Sr. Bento Godoy Neto - APROVA destacou a importância da implementação da
263 cobrança, mas que o comitê precisa fazer um estudo técnico com a Semad sobre a
264 criticidade da bacia do Rio Vermelho, para que se possa incluir termos de autorização
265 temporária. O Sr. Albano Araújo - SEMAD falou que uma das ideias é que a cobrança
266 seja diferenciada quando a bacia entra em estado crítico, mas são as outorgas que
267 definem a criticidade, e que talvez o comitê possa recomendar os níveis de criticidade.
268 Finalizando esse item o Sr. Marco Neves - Presidente informou que as diretrizes para o
269 processo eleitoral serão encaminhadas a todos os membros para contribuições. **Item IV-**
270 **Tribuna Livre** - Agradecimentos. **Item V- Encerramento** Nada mais havendo a tratar, o
271 Sr. Marco Neves - Presidente da Diretoria Provisória do CBH AGORA encerrou a
272 reunião. Eu, Patrícia Côrtes, colaboradora da secretaria executiva, lavrei essa ata que



- 273 após aprovada segue assinada e pelo Presidente e o Secretário Executivo do Comitê. A
274 gravação com inteiro teor da reunião encontra-se disponibilizada no Site do Comitê.

Marco José Melo Neves
Presidente
Diretoria Provisória do CBH AGORA

Bento de Godoy Neto
Secretário Executivo
Diretoria Provisória do CBH AGORA